

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Ceará deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Ceará, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 1.033, de 17 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2007, Seção 1, página 8; nº 536, de 13 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2007, Seção 1, página 2; nº 218, de 31 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 2004, Seção 1, página 11; nº 727, de 14 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2007, Seção 1, página 20; nº 935, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 33; nº 298, de 27 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2010, Seção 1, página 164; nº 105, de 23 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2010, Seção 1, página 1; nº 150, de 1º de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 02 de março de 2011, Seção 1, página 1; nº 1.118, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2011, Seção 1, página 2; nº 45, de 14 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2011, Seção 1, página 1; nº 967, de 1º de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2010, Seção 1, página 20; nº 661, de 16 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2010, Seção 1, página 5; nº 1.142, de 13 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2009, Seção 1, página 1; nº 871, de 28 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2009, Seção 1, página 3; nº 670, de 15 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2009, Seção 1, página 1; nº 555, de 8 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2009, Seção 1, página 9; nº 487, de 14 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2009, Seção 1, página 6; nº 439, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2009, Seção 1, página 11; nº 438, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2009, Seção 1, página 11; nº 113, de 6 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2009, Seção 1, página 1; nº 1.310, de 11 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2008, Seção 1, página 9; nº 1.273, de 5 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2008, Seção 1, páginas 15-16.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

## SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

### DECISÕES DE 15 DE JULHO DE 2014

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 00058.029477/2014-15, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 15 de julho de 2014, decide:

Nº 91 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária AERO AGRÍCOLA GABRIELENSE LTDA. - EPP, CNPJ nº 93.029.643/0001-49, com sede social em São Gabriel (RS). Fica revogada a Decisão nº 290, de 14 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2009, Seção 1, página 79.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelos arts. 8º, inciso X, 11, inciso V e 47, inciso I, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o que consta do processo nº 00058.025705/2014-88, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 15 de julho de 2014, decide:

Nº 92 - Declarar a inaplicabilidade da Portaria nº 1163/GM5, de 11 de dezembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 1987, Seção 1, página 51.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

MARCELO PACHECO DOS GUARANY  
Diretor-Presidente

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

### PORTARIAS DE 16 DE JULHO DE 2014

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.583 - Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aeroagrícola (COA) nº 2014-05-51IE-02-00, emitido em 11 de julho de 2014, em favor de Aplic Aviação Agrícola Ltda., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC nº 137, nos termos da decisão proferida no processo nº 00068.002524/2014-64, a partir da comunicação à interessada por meio do Ofício nº 334/2014/GOAG-PA/SPO, a contar data de 11 de julho de 2014.

Nº 1.584 - Tornar pública a revisão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2010-12-SIBN-05-01, emitido em 09 de julho de 2014, em favor da Seragri Serviços Aero Agrícolas Ltda., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC nº 137, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00068.003552/2014-07, a partir da comunicação à interessada por meio do Ofício 327/2014/GOAG-PA/SPO, a contar da data de 09 de julho de 2014.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

#### PORTARIA Nº 141, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do nº 21000.004483/2014-03, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Análises de Alimentos - LANAL, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SC, CNPJ nº 03.774.688/0024-41, localizado na Rua Frei Bruno, nº 201-E, Bairro Jardim América, CEP: 89.803-800, Chapecó/SC, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

#### PORTARIA Nº 142, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.001310/2014-25, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Veterinário São Francisco de Assis, nome empresarial Matos Carvalho Veterinária LTDA - ME, CNPJ nº 08.802.195/0001-03, localizado na Av. Quinta Avenida, Quadra H, Lote 04, nº 1396, Bairro Setor Leste Vila Nova, CEP: 74.645-020, Goiânia/GO, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

#### PORTARIA Nº 143, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.004439/2014-95, resolve:

Art. 1º Credenciar o JLA BRASIL Laboratório de Análises de Alimentos S.A., CNPJ nº 07.440.269/0001-38, localizado na Rua Carlos Tosin, nº 860, Bairro Distrito Industrial, CEP: 17.512-120, Marília/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

#### PORTARIA Nº 145, DE 16 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto 5.741, de 30 de março de 2006, alterado pelo Decreto 7.216, de 17 de junho de 2010, e a Instrução Normativa nº 36, de 20 de julho de 2011, e o que consta no Processo nº 21042.001962/2014-73, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal da Prefeitura Municipal de Miraguaí/RS, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA a inserção, no cadastro geral, do nome do Município mencionado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº146, DE 16 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 10, do Anexo I, do Decreto Nº 7.127, de 04 de março de 2010, tendo em vista o disposto nos artigos 8º, 53, 69 e 71, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 17, de 13 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do processo nº 21052.011438/2013-19, resolve:

Art. 1º Impor a sanção de suspensão temporária do credenciamento à entidade Global Certificadora e Rastreabilidade Ltda, CNPJ 06.295.244/0001-25, estabelecida à Rua Quintino Bocaiuva nº. 232, Centro, Santa Cruz do Rio Pardo - SP, CEP 18900-000, em razão das não-conformidades encontradas no processo 21052.011438/2013-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

### DECISÕES DE 15 DE JULHO DE 2014

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, em cumprimento ao disposto no inciso II, art. 40 e art. 46 da Lei nº 9.456/97, resolve:

Nº 52 - EXTINGUIR os direitos de proteção, pela renúncia da empresa FTS Sementes S.A., do Brasil, das cultivares da espécie soja (Glycine max (L.) Merr.), denominadas FTS 4154, Certificado de Proteção nº 00083; FTS CAMPO VERDE RR, Certificado de Proteção nº 20100137; FTS CAXIAS RR, Certificado de Proteção nº 20100072; FTS DIANA, Certificado de Proteção nº 00972; FTS JANGADA RR, Certificado de Proteção nº 20090049; e FTS SONORA RR, Certificado de Proteção nº 20100138.

Nº 53 - EXTINGUIR os direitos de proteção, pela renúncia das empresas Unisoja S.A, Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso - Fundação MT e TMG Tropical Melhoramento e Genética Ltda., do Brasil, da cultivar da espécie soja (Glycine max (L.) Merr.) denominada TMG131RR, Certificado de Proteção nº 20090098.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

FABRICIO SANTANA SANTOS  
Coordenador de Proteção de Cultivares

## SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

### PORTARIA Nº 11, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria nº 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve: